



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – SEMAM
LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO



Nº 010-2024

A Secretaria do Meio Ambiente – SEMAM, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3945 de 2016, Lei Complementar nº 57 de 2019, e Resolução CONSEMA nº 193 de 2022, com base no processo de licenciamento ambiental nº 111.483/2023 e parecer técnico nº 29/2024, concede a presente LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO CORRETIVA à:

1. EMPREENDEDOR

Nome: MARIA ONETE RIBEIRO
Endereço: Rua Islândia, nº 205, Nações
CEP: 88.338-275 Município: Balneário Camboriú Estado: SC
CPF / CNPJ: 605.760.309-53

2. PARA ATIVIDADE DE

Atividade: 71.11.01 - Condomínios de casa ou edifícios residenciais
Empreendimento: RESIDENCIAL ADELAIDE MARIA
Porte: Pequeno
Potencial Poluidor Geral: Médio

3. LOCALIZADA EM

Endereço: Rua Islândia, nº 205, Nações
DIC: 137778
CEP: 88.338-275 Município: Balneário Camboriú Estado: SC
Coordenada Plana (UTM - SIRGAS 2000): (X): 733959.42 – (Y): 7013251.05

4. DA OPERAÇÃO

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, **autoriza a operação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

5. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

- 5.1. Nome do Empreendimento: Edifício Residencial Adelaide Maria
- 5.2. Acesso ao empreendimento: Rua Islândia, nº 205, Nações
- 5.3. Zoneamento Urbano: ZACC-III-A
- 5.4. Área do terreno: 745 m²
- 5.5. Matrícula da propriedade: nº 125.919
- 5.6. Área edificada: 2.160,30 m²
- 5.7. Número de blocos: 01
- 5.8. Unidades: 15 residenciais e 02 comerciais
- 5.9. Número de pavimentos: 21
- 5.10. Necessidade de supressão vegetal: Não
- 5.11. Drenagem pluvial: Atendido pela rede pública de drenagem ambiental
- 5.12. Efluentes sanitários: Regularmente interligado à rede coletora de esgoto da EMASA
- 5.13. Resíduos Sólidos: Atendido pela empresa concessionária de coleta de resíduos sólidos do municípios
- 5.14. Abastecimento de água: Atendido pela empresa de saneamento municipal

6. PROGRAMAS E PROJETOS AMBIENTAIS

- 6.1. PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS – RSD
 - 6.1.1 A segregação dos resíduos (recicláveis e não recicláveis) será realizada diretamente nas unidades habitacionais, ficando sob responsabilidade dos moradores.
 - 6.1.2 Os locais de armazenamento temporário são cobertos, isolados, com piso impermeável e devidamente sinalizados, no andar térreo.
 - 6.1.3 Após a segregação, acondicionamento e armazenamento temporário, os resíduos serão recolhidos pela empresa concessionária municipal. Os orgânicos serão destinados a aterro sanitário licenciado, e os recicláveis para a coleta seletiva municipal.

6.1.4 Será realizada campanha informativa e educativa, tanto para os funcionários do edifício quanto para os condôminos, com o intuito de orientá-los sobre os procedimentos a serem adotados no gerenciamento adequado dos RSD, informando sobre a importância da segregação em seu local de trabalho e em suas residências. Estas informações deverão ser constantemente frisadas nas reuniões de condomínio, visando à implementação dos princípios da Política Nacional dos Resíduos Sólidos, constando em ATA e na Instituição do Condomínio, sob a supervisão do síndico.

6.2. PROGRAMA DE MONITORAMENTO DE EFLUENTES

6.2.1 A limpeza das caixas de gordura ocorrerão durante a operação do empreendimento, em periodicidade mínima de 06 (seis) meses. Para cada serviço de limpeza realizado, será preenchida uma ficha de manutenção, arquivada de forma sistematizada, e de conhecimento dos responsáveis pelos serviços de manutenção, síndico e administradora do condomínio.

6.2. PROJETO DE ARBORIZAÇÃO URBANA

6.2.1 Foram plantados, na lateral do imóvel, 02 (dois) indivíduos de Ipê Amarelo da espécie *Handroanthus albus*.

6.2.2 O empreendedor será responsável pela manutenção das mudas, incluindo podas, irrigações, adubação e monitoramento de pragas.

7. RESPONSABILIDADES TÉCNICAS

7.1 RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA ELABORAÇÃO DO ECA E PGA

Vitor Mateus Rangrab Galvão, Biólogo, ART N.º 2022/23366.

7.2 DEMAIS RESPONSABILIDADES TÉCNICAS

7.2.1 Responsável técnico pelo Projeto de Arborização Urbana: Vitor Mateus Rangrab Galvão, Biólogo, ART N.º 2023/95038.

7.2.3 Responsável técnico pelo Projeto Arquitetônico: Jackson Rodrigues Vieira, Engenheiro Civil, ART Nº 5491712-6.

8. CONTROLES AMBIENTAIS

8.1. Gerenciamento de resíduos sólidos urbanos (RSU):

8.1.1 A área destinada ao armazenamento temporário dos resíduos gerados durante a operação/habitação do empreendimento deverá ser impermeabilizada e conter divisórias devidamente identificadas para a separação e organização dos materiais recicláveis e não recicláveis.

8.1.2 Os resíduos sólidos domiciliares gerados na fase de operação do empreendimento deverão ser separados (recicláveis e não recicláveis), acondicionados e destinados adequadamente respeitando os dispositivos da Lei Federal N.º 12.305/2010.

8.1.3 Deverá ser realizada capacitação periódica dos funcionários envolvidos no gerenciamento de resíduos.

8.1.4 Deverão ser afixados cartazes nas áreas comuns do empreendimento, como hall de entrada e elevadores, com orientações acerca da segregação e destinação ambientalmente adequada dos resíduos.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência da SEMAM.

9.2. A SEMAM, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:

Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;

A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;

Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais.

9.3. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.

9.4. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados à SEMAM no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

10. CONDIÇÕES DE VALIDADE

10.1. Condicionantes específicas

10.1.1 Deverão ser observados e implementados todos os Controles Ambientais.

10.1.2 Deverão ser observados e implementados todos os Planos e Programas Ambientais propostos.

10.1.3 Situações anormais de operação e de monitoramento dos sistemas de controle ambiental deverão ser comunicadas imediatamente, informando as medidas corretivas adotadas.

10.1.4 Não será admitido o lançamento ou disposição de nenhum efluente sem tratamento ou resíduos sólidos em solo exposto.

11. CONDIÇÕES PARA RENOVAÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO (LAO)

11.1. Deverá ser requerida a renovação da Licença Ambiental de Operação – LAO, conforme Instrução Normativa Nº 06 do IMA, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento.

PRAZO DE VALIDADE

(48) meses, a contar da data da assinatura.

Declaro que as informações constantes nesta Licença são verdadeiras e autênticas.

Balneário Camboriú,	26	Junho	2024
Local	dia	Mês	Ano

Eduarda Montibeller Schuch
Secretária Interina de Meio Ambiente – Portaria nº 30.215/2023
Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú

OBSERVAÇÕES

- I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
- II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
- III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
- V. A renovação da Licença Ambiental de Operação - LAO deve ser requerida até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento.
- VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada a SEMAM sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade/empreendimento licenciado por este documento.